Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de micronutrientes e produtos intermediários para fertilizantes.

2. Elaboração e Preparação das Demonstrações Financeiras

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações financeiras, cuja conclusão foi autorizada em reunião da diretoria, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 complementadas pelos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) durante o exercício de 2012 e 2011 e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2012, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Nutriplant Indústria e Comércio S.A.

No caso da controladora, as práticas contábeis adotadas no Brasil diferem das IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial e no BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, há diferença entre o valor do patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Desta forma, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento pela

Administração da Nutriplant no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.3.

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito. Desta forma o resultado do exercício é igual ao do resultado abrangente total.

2.2 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Controlada é entidade cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Nutriplant e na qual há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A controlada é integralmente consolidada a partir da data (30 de abril de 2012) em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 incluem apenas a empresa Quirios Produtos Químicos S/A, com participação de 100%.

As demonstrações financeiras consolidadas que possuem informações do exercício de 2011, apresentadas para fim de comparabilidade, possuem os valores iguais aos apresentados nas demonstrações da controladora, tendo em vista que a controlada foi adquirida em abril de 2012.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis adotadas pela Nutriplant. Foram eliminadas as transações entre as empresas consolidadas decorrentes das participações de uma empresa em outra na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas. Os lucros originados de transações entre a controladora e a controlada (ganhos não realizados) foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de caixa e equivalentes, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia reconhece a receita quando, e somente quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- A Companhia tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia;
- A Companhia não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais bens;
- As despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

A Companhia baseia suas expectativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.2. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são reconhecidas contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

3.3. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, perdas estimadas para liquidação duvidosa de clientes, provisão para obsolescência dos estoques, Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, ajuste a valor presente (AVP) e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo ou do passivo financeiro.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em:

- Ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo contra o resultado: São os ativos ou passivos financeiros que satisfaçam aos seguintes critérios: (i) adquirido ou originado principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo; (ii) parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os quais exista evidência de um padrão recente de realização de lucros a curto prazo; ou (iii) um derivativo. Os principais ativos ou passivos financeiros que a Companhia possui classificados nesta categoria são "caixa e equivalente de caixa" e "aplicações financeiras";
- Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo, são registrados pelo custo histórico pelo método do custo amortizado. A Companhia possui como principal ativo financeiro classificado nesta categoria o seu "Contas a receber" (vide Nota Explicativa nº 5);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

- Mantidos até o vencimento: Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. Esses são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. A Companhia não possui ativos nem passivos financeiros enquadrados nesta categoria;
- Disponíveis para venda: Referem-se àqueles ativos e passivos financeiros que não se enquadram em quaisquer das classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O seu registro é realizado pelo valor justo e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria;
- Passivos financeiros não mensurados pelo valor justo: São aqueles para os quais a Companhia decidiu não mensurar seu valor justo e sim utilizar o método de custo amortizado. A Companhia possui "empréstimos e financiamentos" classificados nesta categoria.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, 90 dias. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados que são obtidos.

3.6. Contas a receber de clientes e Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário são classificadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com o CPC 12.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "despesas operacionais"

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "perda com créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título no "contas a receber".

3.7. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, sendo ajustados pelo valor realizável liquido, quando inferior ao custo médio.

3.8. Imobilizado

A Companhia e sua controlada adotaram em 1º de janeiro de 2009 a opção do custo atribuído ao seu ativo imobilizado. Anteriormente a esse período, o método utilizado era o de custo de aquisição.

Ao adotar o custo atribuído, a Companhia efetuou o levantamento de todos os bens que ainda estão em operação, assegurando que o avaliador destacasse a vida útil remanescente e o valor residual previsto, a fim de estabelecer o valor depreciável e a nova taxa de depreciação na data de adoção inicial. A contrapartida do ajuste foi registrada em conta do patrimônio líquido, denominada 'Ajuste de avaliação patrimonial', reduzido pelo Imposto de Renda diferido passivo. Nos anos subsequentes, parte do saldo dessa conta será periodicamente transferida para lucros acumulados, em montante idêntico à depreciação e às baixas referentes ao ativo imobilizado, objeto de atribuição de novo valor. Esses valores serão adicionados ao lucro líquido para fins de apuração do lucro tributável.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil econômica, conforme os laudos realizados. A média ponderada da vida útil dos ativos está demonstrada a seguir:

	Allos
Máquinas e equipamentos	Entre 2 a 23 anos
Móveis e utensílios	Entre 2 a 18 anos
Veículos	Entre 5 anos
Edifícios, construções, instalações e benfeitorias	Entre 10 a 60 anos
Outras imobilizações	Entre 1 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

3.9. Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os direitos de uso de *software* são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

O valor do ágio registrado em aquisição de participação societária foi fundamentado com base na expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Esse ágio é decorrente da diferença entre o valor do patrimônio líquido contábil da empresa controlada e o valor justo devidamente avaliado através de laudo emitido por terceiros e fundamentado com base em expectativa de rentabilidade futura, apurado com base na projeção de resultados da respectiva empresa investida, utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, considerando um período projetivo de dez anos.

O ágio não é amortizado pela fundamentação de vida útil infinita, sendo que, anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre esse investimento, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado das unidades de negócio da empresa investida, dos quais foi considerada a base para o ágio.

3.10. Investimento em controlada

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data da aquisição do controle acionário e/ou em cuja participação a Companhia tenha influência nas decisões de sua investida. Desta forma a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada, após a aquisição, é reconhecida na demonstração do resultado tendo como contrapartida o custo do investimento.

As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento.

Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na participação da Companhia.

As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

3.11. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício. Para os outros ativos não financeiros a companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia considera, entre outras, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação:

- Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Companhia ocorreram durante o período, ou ocorrerão em um futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a Companhia opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

Fontes internas de informação:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Companhia, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em um futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado;
- Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para a identificação dos fluxos de caixa.

Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.12. Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

- Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores das ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício;
- Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

3.13. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

- Impostos correntes: São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes;
- Impostos diferidos: O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos e passivos são constituídos sobre as reservas de reavaliação e diferenças temporárias. O Imposto de Renda diferido ativo é constituído sobre os saldos de prejuízos fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às Informações Trimestrais (ITR) tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considerou as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

3.16. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de:

- Variações ocorridas no período, nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
- Itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisão, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

 Todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

As transações ocorridas durante o período corrente que não afetaram a demonstração do fluxo de caixa foram:

	Consolidado		
Origem	Transações que não afetaram caixa		
Contas a Receber	16.586		
Estoques	5.305		
Impostos a Recuperar	8.608		
Adiantamentos	347		
Outras contas a receber	19		
fornecedores	(15.420)		
Obrigações Trabalhistas	(607)		
Obrigações fiscais	(4.222)		
Contas a pagar	(263)		
Provisão para riscos contingentes	(242)		
Investimentos em controladas	22.900		
Aumento de Capital	(100)		
Reserva de Capital	(22.800)		
Imobilizado	14.210		
Empréstimos e Financiamentos	(27.050)		
Partes Relacionadas com eliminações	2.729		

	Controladora
Origem	Transações que não afetaram caixa
Contas a Receber	4.658
Amortização de empréstimos	(4.658)
Investimentos em controladas	22.900
Aumento de Capital	(100)
Reserva de Capital	(22.800)

As transações que não afetaram caixa se deram em virtude dos seguintes motivos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

- (i) Abatimento do empréstimo com o contas a receber, conforme venda do imóvel descrita na nota explicativa 25 no valor de R\$ 4.658 mil;
- (ii) Incorporação de ações, conforme nota explicativa 10 no valor de R\$ 22.900 mil;
- (iii) Saldos de dezembro de 2011 advindos da controlada Quirios que não influenciaram o fluxo de caixa.

3.18. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e Bancos	92	113	156	113
Aplicações Financeiras	20	-	5.037	-
Total	112	113	5.193	113

As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundo de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 99,90% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

5. Contas a receber de clientes

Controladora

	Circulante		Não Cir	culante
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Clientes nacionais	9.064	7.432	14.061	_
Ajuste a valor presente (a)	(871)	(611)	(2.986)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(2.597)	(1.248)	-	-
	5.596	5.573	11.075	-
Clientes relacionados com operações de vendor e				
factoring (b)	1.145	2.845		
Total	6.741	8.418	11.075	

Consolidado

	Circulante		Não Cir	culante
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Clientes nacionais	13.785	7.432	14.061	-
Clientes internacionais	514	-	-	-
Ajuste a valor presente (a)	(871)	(611)	(2.986)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(4.480)	(1.248)	-	-
	8.948	5.573	11.075	-
Clientes relacionados com operações de vendor e				
factoring (b)	5.190	2.845	-	-
Total	14.138	8.418	11.075	

a) Ajuste a valor presente calculado em base exponencial *pro rata die* a partir da origem de cada transação, adotando-se a taxa média de desconto de 2% a.m. baseada na taxa média aplicada para as vendas a prazo e de 1% a.m decorrente da venda do imóvel;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

- b) Duplicatas negociadas por meio de operações de vendor e factoring, cujos valores foram recebidos pela Companhia, que é corresponsável pela liquidação das referidas duplicatas com a instituição financeira na data do seu vencimento.
- c) A companhia revisou as estimativas da provisão para créditos de liquidação duvidosa e realizou novas constituições.

6. Estoques

	Controladora		Consol	idado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Produtos acabados	1.066	1.557	3.105	1.557
Matéria-prima	1.136	2.333	3.114	2.333
Material de embalagem	298	230	391	230
Material consignado	-	109	-	109
Mercadoria em poder de terceiros	269	129	310	129
Estoque em processo	28	-	503	-
Material de Consumo	-	-	208	-
Outros estoques		77	425	77
Provisão para perda de estoque (a)	(322)	(192)	(715)	(192)
Total	2.475	4.243	7.341	4.243

a) Referem-se à constituição de provisão por perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

7. Impostos a recuperar

Controladora	Circu	lante	Não circulante		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
IPI a recuperar	-	-	1.042	1.136	
ICMS a recuperar	1	-	4.932	4.617	
IRRF a recuperar	1	1	175	164	
PIS a recuperar	-	-	368	342	
Cofins a recuperar	2	-	3.595	3.480	
IRPJ diferido s/prejuízo fiscal	-	-	11.177	8.311	
CSLL diferido s/base negativa	-	-	4.191	3.159	
IRPJ CSLL diferido s/diferenças temporais	-	-	488	136	
ICMS s/ativo permanente				2	
Total	4	1	25.968	21.347	

Consolidado	Circu	lante	Não circulante		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
IPI a recuperar	52	-	1.042	1.136	
ICMS a recuperar	1.336	-	5.317	4.617	
IRRF a recuperar	236	1	174	164	
PIS a recuperar	257	-	616	342	
Cofins a recuperar	1.175	-	4.735	3.480	
IRPJ e CSLL Antecipado	782		-		
IRPJ diferido s/prejuízo fiscal	-	-	13.898	8.311	
CSLL diferido s/base negativa	-	-	5.171	3.159	
IRPJ CSLL diferido s/diferenças temporais	-	-	827	136	
PIS/COFINS s/ativo permanente	451	-	-	-	
ICMS s/ativo permanente	488			2	
Total	4.777	1	31.780	21.347	

ΙΡΙ

O crédito oriundo de aquisição de embalagens utilizadas nos produtos acabados será compensado com tributos federais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

IPI Controlada

O crédito de IPI é proveniente da aquisição de insumos tributados que são aplicados no processo produtivo de produtos, cuja saída é tributada com alíquota zero.

ICMS

Crédito oriundo das diferenças entre as alíquotas praticadas na aquisição e na comercialização dos produtos interestaduais. No período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2012, as vendas para outros Estados brasileiros, em relação a São Paulo, representam, aproximadamente, 76% das vendas totais.

ICMS controlada

O crédito de ICMS é causado pela saída de produtos com isenção do ICMS autorizada pelo artigo 8°, anexo I, e artigo 41, parágrafo XII, do RICMS, cujos insumos foram tributados nas entradas e os créditos são consumidos no decorrer das atividades.

PIS e COFINS

São provenientes de créditos nas aquisições de insumos aplicados no processo produtivo e na aquisição de bens do ativo imobilizado conforme previsto no regime não cumulativo instituído pela Lei n° 10.637/02 e suas alterações. Em 15 de janeiro de 2010, a Companhia protocolou um pedido de ressarcimento à Secretaria da Receita Federal (SRF), e os assessores jurídicos entendem que a Companhia obterá êxito no referido pedido.

IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social são registrados em contas patrimoniais. Os créditos tributários sobre diferenças temporais foram calculados com base nas adições temporárias no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).

Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos em 31 de dezembro de 2012:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

	Contro	oladora	Consc	olidado
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Exercício de 2001	528	1.188	528	1.188
Exercício de 2002	3.821	4.434	3.821	4.434
Exercício de 2003	2.212	2.775	2.212	2.775
Exercício de 2004	2.209	2.242	2.209	2.242
Exercício de 2005	3.703	3.698	3.703	3.698
Exercício de 2006	4.923	4.918	4.923	4.918
Exercício de 2007	1.714	1.714	1.714	1.714
Exercício de 2008	3.252	3.252	6.081	6.081
Exercício de 2009	9.781	9.781	16.434	16.434
Exercício de 2010	7.436	7.433	9.750	9.750
Exercício de 2011	10.762	10.762	9.495	9.495
Exercício de 2012	701	701	1.057	1.057
Refis IV (a)	(6.336)	(6.336)	(6.336)	(6.336)
	44.706	46.562	55.591	57.450
	25%	9%	25%	9%
	11.177	4.191	13.898	5.171

	Controlac	Controladora Consolida		lado
Diferenças Temporais	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições PCLD /Contingência Exclusões (Reversões PCLD e	1.043	1.043	1.780	1.780
Contingência)	(548)	(548)	(548)	(548)
AVP Adições	6.462	6.462	6.721	6.721
AVP Exclusão	(5.521)	(5.521)	(5.521)	(5.521)
	1.436	1.436	2.432	2.432
	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	359	129	608	219
TOTAL GERAL	11.536	4.320	14.506	5.390

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

A movimentação no resultado decorrente das constituições dos IRPJ e CSLL diferido se deram da seguinte forma:

	Control	adora	Consolid	lado
Movimentação do IRPJ e CSLL Diferido	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Saldo em Dezembro de 2011 Constituição do imposto diferido no	8.447	3.159	8.447	3.159
resultado do exercício - controladora	3.089	1.161	3.086	1.162
Saldo da controlada em dezembro de 2011	-	-	2.635	948
Constituição do imposto diferido no resultado do exercício - controlada	-	-	338	121
Saldo em Dezembro de 2012 - Ativo não circulante	11.536	4.320	14.506	5.390

a) Aproveitamento de prejuízo fiscal e base negativa na redução dos juros e multa do parcelamento dos tributos por meio do Refis IV, conforme definido na Lei nº 11.941/09, regulamentada pela portaria PGFN/RFB nº 6/09.

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, os estudos preparados por profissionais especializados da controladora e controlada foram submetidos à apreciação do Conselho de Administração da Companhia e aprovados. Com base nesses estudos, os referidos créditos serão realizados nos próximos 10 anos com a efetiva concretização do resultado:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
Anos de realização	Montante a realizar	Montante a realizar
Exercício de 2013	245	970
Exercício de 2014	513	1.219
Exercício de 2015	790	1.474
Exercício de 2016	1.118	1.779
Exercício de 2017	1.443	2.082
Exercício de 2018	1.779	2.065
Exercício de 2019	2.061	2.061
Exercício de 2020	2.404	2.404
Exercício de 2021	2.755	2.755
Exercício de 2022	2.260	2.260
Total	15.368	19.069

8. Imobilizado

-	Controladora				
		31/12/2011			
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	-	-	-	4.283	
Edifícios e construções	-	-	-	4.753	
Máquinas e equipamentos	3.196	(2.593)	603	1.357	
Móveis e utensílios	582	(430)	152	146	
Computadores e periféricos	414	(384)	30	73	
Veículos	280	(221)	59	83	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	3	
Instalações industriais	-	-	-	343	
Imobilizado em andamento	191	-	191	480	
Impairment	(111)	-	(111)	(111)	
Total imobilizado	4.552	(3.628)	924	11.410	

Total imobilizado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

A movimentação do ativo imobilizado no período foi:

	Controladora				
	Saldo líquido em dez/11	Adição	Baixa	Depreciação do período	Saldo líquido em dez/12
Terrenos	4.283	-	(4.283)	-	_
Edifícios e construções	4.753	-	(4.649)	(104)	-
Máquinas e equipamentos	1.357	60	(515)	(299)	603
Móveis e utensílios	146	12	-	(6)	152
Computadores e periféricos	73	-	-	(43)	30
Veículos	83	-	-	(24)	59
Benfeitorias imóveis de					
terceiros	3	-	(3)	-	-
Instalações industriais	343	-	(298)	(45)	-
Imobilizado em andamento	480	50	(339)	-	191
Impairment	(111)	-	-	-	(111)

122

(10.087)

924

(521)

11.410

	Consolidado				
		31/12/2012			
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	3.318	-	3.318	4.283	
Edifícios e construções	-	-	-	4.753	
Máquinas e equipamentos	17.438	(8.184)	9.254	1.357	
Móveis e utensílios	975	(691)	284	146	
Computadores e periféricos	891	(834)	57	73	
Veículos	347	(250)	97	83	
Benfeitorias em imóveis de					
terceiros	-	-	-	3	
Instalações industriais	1.966	(1.332)	634	343	
Imobilizado em andamento	807	-	807	480	
Impairment	(111)		(111)	(111)	
Total imobilizado	25.631	(11.291)	14.340	11.410	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

A movimentação do ativo imobilizado consolidado foi:

Consolidado	

	Saldo líquido em dez/11	Saldo de dez/11 da controlada	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo líquido em dez/12
Terrenos Edifícios	4.283 4.753	2.798 31	-	(3.763) (4.649)	-	(135)	3.318
Máquinas e equip.	1.357	3.234	444	(1.227)	6.259	(813)	9.254
Móveis e utensílios	146	170	47	(21)	-	(58)	284
Computadores	73	82	16	(36)	-	(78)	57
Veículos	83	50	-	(1)	-	(35)	97
Benfeitorias imóveis de terceiros	3	-	-	(3)	-	-	-
Instalações industriais	343	630	19	(165)	-	(193)	634
Em andamento	480	7.221	38	(673)	(6.259)	-	807
Impairment	(111)	-		-	-	-	(111)
Total imobilizado	11.410	14.216	564	(10.538)	-	(1.312)	14.340

No ano de 2003, suportada por laudo emitido por perito especializado e de acordo com o que está regulamentado pelas Normas e Procedimentos de Contabilidade NPC nº 24, a Companhia procedeu ao registro contábil da reavaliação em seu ativo imobilizado, no patrimônio líquido, e, consequentemente, reconheceu os efeitos tributários sobre a reserva de reavaliação no passivo não circulante.

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia optou pela manutenção dos saldos da reavaliação efetuada, os quais serão realizados de acordo com a depreciação e/ou a baixa dos bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

9. Intangível

	_		Controlado	Consolidado			
		31/12/12 31/12			31/12/11	31/12/12	31/12/11
	Taxa média anual de amortização	Custo original	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Softwares	20%	187	(180)	7	12	34	12
Ágio nota explicativa 10 Outros	10%	- 7	- - -	- 7	- 6	12.828 7	- 6
Total		194	(180)	14	18	12.869	18

10. Investimento em Controlada

		31/12/2011		
Controlada	Investimentos avaliados pela equivalência patrimonial	Ágio para expectativa de rentabilidade futura	Total	Total
Quirios Produtos Quimicos	11.179	12.828	24.007	-

Em 30 de abril de 2012 foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) as seguintes deliberações:

(i) Incorporação de ação, com consequente conversão da Quirios Produtos Quimicos S.A em subsidiária integral da Companhia, nos termos do artigo 252 da Lei n° 6.404/76;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

- (ii) Protocolo e justificação da incorporação de ação celebrado, em 12 de abril de 2012, entre os administradores da Companhia e da Quirios;
- (iii) Ratificação da nomeação e aprovação dos laudos emitidos pela Cypress Associates do Brasil Consultoria Empresarial Ltda. como empresa especializada responsável pela avaliação das ações de emissão da Companhia e da Quirios, em atendimento ao disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76;
- (iv) Aumento de capital social em razão da incorporação de ação, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante a emissão de 7.197.410 (sete milhões, cento e noventa e sete mil, quatrocentos e dez) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e escriturais e destinação do montante de R\$ 22.800.000,00 (vinte e dois milhões e oitocentos mil reais) à Reserva de Capital da Companhia.

Na aprovação da Assembleia Geral Extraordinária os acionistas: Tripto Participações Ltda (controlador da Companhia), Emilio Pansa, Ricardo Lessa Pansa, Eduardo Lessa Pansa e XP Investimentos CCTVM S.A abstiveram-se da votação, conforme Lei 6.404/76, art. 115° parágrafo 1°.

Com a abstenção de votação dos acionistas controladores, o poder de decisão sobre a operação realizada ficou restrita aos acionistas não controladores, os quais a aprovaram em unanimidade.

A incorporação de ações visa integrar as atividades da Quirios e da Nutriplant, criando uma importante verticalização na cadeia produtiva, já que não apenas permitirá a concentração de sinergias operacionais e administrativas, eliminar redundâncias e reduzir custos nas atividades das partes, mas também a geração de maior competitividade no comércio de fertilizantes destinados ao mercado agrícola, assim como de outros produtos contendo micronutrientes baseados em sais inorgânicos (produtos fabricados pela Quirios) os quais se constituem de matérias-primas usadas pela Nutriplant no processo de fabricação de determinados fertilizantes.

O valor justo do negócio é de R\$ 22.900 mil, o qual foi apurado com base em laudos de avaliação de especialistas independentes correspondentes ao resultado projetado para os exercícios encerrados em 2012 a 2022.

O ágio contábil por expectativa de rentabilidade futura apurado nesta aquisição foi no montante de R\$ 12.828 mil, o qual não é amortizado, e se sujeita a teste anual de recuperabilidade em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Esse ágio é decorrente da diferença entre: o valor do patrimônio liquido nas demonstrações contábeis e o valor justo do patrimônio líquido da controlada, apurados na data de aquisição, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida, utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período projetivo de dez anos.

Pelo fato do valor justo do patrimônio liquido da controlada ter sido formado e fundamentado em uma prospecção de resultados futuros, não é aplicável à controladora segregar os ativos e passivos assumidos nas demonstrações contábeis. A controlada não possuía na data da incorporação de ação a participação de acionistas não controladores.

A formação do ágio se deu da seguinte forma:

Segregação dos investimentos

Patrimônio Liquido da controlada antes da incorporação de ações	10.072
Valor justo do patrimônio liquido avaliado pelos especialistas	22.900
Participação incorporada	100%
Investimentos avaliados pela equivalência patrimonial	10.072
Ágio para expectativa de rentabilidade futura	12.828

A Quirios tem como objetivo social: a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos em geral para fins industriais e agropecuários, aditivos e ingredientes para alimentação animal, produtos alimentícios, inoculantes, corretivos, biofertilizantes e farmacêuticos, fertilizantes em geral, comercialização, importação e exportação de substâncias minerais e a importação, exportação, comercialização e distribuição de metais, processamentos e enriquecimento de metais secundários e produtos afins.

O total dos ativos, passivos, patrimônio liquido e receita liquida em 31 de dezembro de 2012 estão assim demonstrados:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Participação	100%
Total do ativo circulante	32.812
Total do ativo não circulante	25.392
Total do passivo circulante	19.101
Total do passivo não circulante	27.924
Patrimônio Líquido	11.179
Receita Liquida	45.335

Movimentação do Investimento

Participação	100%
Ágio	12.828
Reconhecimento inicial em 30.04.2012	10.072
Dividendos propostos pela Controlada	- 147
Equivalência patrimonial	1.254
Saldo de investimentos em controladas em 31.12.2012	24.007

11. Fornecedores

	Controladora		Consol	idado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fornecedores nacionais	11.016	8.398	6.137	8.398
Fornecedores internacionais (b)	3.635	1.550	4.158	1.550
Ajuste a valor presente (a)	(678)	(105)	(1.563)	(105)
Total circulante	13.973	9.843	8.732	9.843
Fornecedores internacionais (b)	10.326	9.532	24.119	9.532
Ajuste a valor presente (c)	(3.645)	-	(8.518)	-
Total não circulante	6.681	9.532	15.601	9.532
Total geral	20.654	19.375	24.333	19.375

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

- a) Ajuste a valor presente calculado em base exponencial pro rata die a partir da origem de cada transação com fornecedores nacionais e internacionais, adotando como taxa de desconto a Selic (taxa livre de risco). O referido ajuste é registrado na rubrica "Custos" quando os produtos já foram vendidos ou na rubrica "Estoques" quando ainda não ocorreu a venda (conforme Nota Explicativa nº 6);
- b) A partir do exercício de 2009, a Companhia adotou o procedimento de financiar as aquisições de matéria-prima diretamente com seus fornecedores internacionais. Todas as transações com fornecedores internacionais são em dólar e estão devidamente atualizadas de acordo com a variação cambial, entre o período de aquisição e a data do efetivo pagamento.
- c) O cálculo do ajuste a valor presente decorre da negociação com os fornecedores estrangeiros, os quais foram calculados utilizando-se uma taxa de desconto de 6% a.a. A primeira parcela vencerá em nov/2013 e a última em nov/2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

12. Empréstimos e financiamentos

^	_	_	٠,	_	١.	a	_	ra
ι.	n	n	Гľ	OI	a	п	n	ra

Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/12	31/12/11
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	dez/13	762	1.082
Banco Sofisa	Capital de giro	Recebíveis	nov/13	107	232
	Conta garantida				
Banco Industrial	/capital de giro	Recebíveis	nov/13	-	2.024
		Hipoteca e			
BicBanco	Leasing	duplicatas	ago/14	-	1.250
Banco Cruzeiro do Sul	Capital de giro	Recebíveis	mai/12	-	139
Banco Daycoval	Capital de giro	Recebíveis	dez/12	-	771
Banco Rural	Capital de giro	Recebíveis	mai/12	-	974
Banco ABC	Capital de giro	Recebíveis	jun/13	757	-
Banco Fibra	Capital de giro	Recebíveis	jan/12	-	756
Banco Safra	Conta garantida	Recebíveis	jul/12	-	300
Banco do Brasil	Vendor	Recebíveis	mai/12	-	42
Banco Banrisul	Vendor	Recebíveis	jun/13	1.154	1.207
Banco Bradesco	Vendor	Recebíveis	nov/12	-	1.808
	Financiamento de				
BNDES	fornecedores	Clean		119	148
Total circulante				2.899	10.733
		Hipoteca e			
BicBanco	Leasing	duplicatas	ago/14	-	2.322
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	nov/14	509	488
Banco Sofisa	Conta garantida Financiamento de	Recebíveis	nov/13	-	213
BNDES	fornecedores	Clean	set/14	54	170
Total não circulante				563	3.193
Total geral				3.462	13.926

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Consolidado

Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/12	31/12/11
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	mar/14	1.554	1.082
Banco Sofisa	Capital de giro	Recebíveis	nov/13	107	232
	Conta garantida				
Banco Industrial	/capital de giro	Recebíveis	nov/13	-	2.024
		Equipament			
Banco Volkswagen	Leasing	0	nov/13	24	-
		Hipoteca e			
BicBanco	Leasing	duplicatas	ago/14	-	1.250
		Fiança			
BicBanco	Finep	Bancária	abr/17	2.064	-
		Recebíveis/			
Banco Itaú	Capital de giro	Estoques	out/14	1.228	-
Banco Cruzeiro do Sul	Capital de giro	Recebíveis	mai/12	-	139
Banco Daycoval	Capital de giro	Recebíveis	dez/12	-	771
Banco Rural	Capital de giro	Recebíveis	mai/12	-	974
Banco Fibra	Capital de giro	Recebíveis	jan/12	-	756
Banco ABC	Desconto Duplic	Recebíveis	jun/13	757	-
		Fiança			
Banco Safra	Capital de giro	Bancária	abr/13	1.024	-
Banco Safra	Conta garantida	Recebíveis	jul/12	-	300
		Recebíveis/			
Banco Santander	Capital de giro	Estoques	set/16	2.847	-
		Equipament			
Banco do Brasil	Finame	0	abr/14	90	-
Banco do Brasil	Vendor	Recebíveis	jun/13	3.748	42
Banco Banrisul	Vendor	Recebíveis	jun/13	1.154	1.207
Banco Bradesco	Vendor	Recebíveis	nov/12	-	1.808
	Financiamento de				
BNDES	fornecedores	Clean		119	148
Total circulante				14.716	10.733

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Consolidado

Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/12	31/12/11
	1	Hipoteca e			
BicBanco	Leasing	duplicatas	ago/14	-	2.322
		Fiança			
BicBanco	Finep	Bancária	abr/17	6.879	-
		Equipament			
Banco do Brasil	Finame	0	abr/14	25	-
Banco Banrisul	Capital de giro	Recebíveis	mar/14	761	488
Banco Sofisa	Conta garantida	Recebíveis	nov/13	-	213
		Recebíveis/			
Banco Santander	Capital de giro	Estoques	set/16	7.829	-
Banco Itaú	Repasse Externo	Recebiveis	out/14	804	-
	Financiamento de				
BNDES	fornecedores	Clean	set/14	54	170
Total não circulante				16.352	3.193
Total geral				31.068	13.926

As taxas dos empréstimos e financiamentos acima contratados são as utilizadas pelo mercado, que variam de 3,00% a 19,56% a.a.

As contas caução são vinculadas aos empréstimos que são garantidos por duplicatas. O saldo corresponde aos valores recebidos de duplicatas que ainda não foram transferidos para a conta movimento.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	2.264	-	2.264
2014	509	929	6.553	929
2015	54	-	4.908	-
2016	-	-	4.201	-
2017	-	-	690	-
Total	563	3.193	16.352	3.193

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

13. Obrigações trabalhistas, provisões e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
INSS a recolher	32	203	148	203
FGTS a recolher	3	21	40	21
Provisão para férias	102	368	616	368
Provisão para participação nos lucros	7	60	7	60
IRRF	14	-	37	-
Outras	10	21	28	21
Total	168	673	876	673

14. Obrigações fiscais

_	Control	adora	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Circulante					
PAEX - INSS (a)	180	138	180	138	
PAEX - Tributos federais (a)	-	213	-	213	
COFINS parcelamento (a)	-	-	429	-	
ICMS - Parcelamento (a)	59	60	714	60	
PIS parcelamento (a)	149	-	243	-	
Outros tributos	16	10	21	10	
_	404	421	1.587	421	
Não circulante					
PAEX - INSS (a)	-	128	-	128	
PAEX - Tributos federais (a)	1.600	1.347	1.600	1.347	
Provisões REFIS (a)	-	-	127	-	
IRPJ Diferido (b)	2.624		2.624		
CSLL Diferido (b)	941		941		
COFINS parcelamento (a)	-	-	33	-	
ICMS - Parcelamento (a)	223	278	1.154	278	
PIS parcelamento (a)	-	-	6	-	
	5.388	1.753	6.485	1.753	
Total	5.792	2.174	8.072	2.174	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

a) Parcelamento excepcional (PAEX): Foi instituído pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 130 parcelas mensais e sucessivas (SRF/PGFN) corrigidas pela TJLP, para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e em 120 parcelas mensais e sucessivas (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa) corrigidas pela Selic, para os débitos com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não e inscritos ou não em dívida ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. O saldo consolidado do Paex registrado na Companhia é idêntico ao apresentado pela Receita Federal do Brasil (RFB). Com o advento da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o pagamento e o parcelamento de débitos em atraso, a Companhia aderiu, em novembro de 2009, a este novo parcelamento e, como prevê a legislação, renunciou aos parcelamentos anteriormente concedidos.

A Companhia aderiu aos parcelamentos previstos na Lei nº 11.941/09 e liquidou valores correspondentes a multas de mora ou de ofício e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU), com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL próprios.

A primeira prestação foi paga no mês em que foi formalizado o pedido de adesão, produzindo efeitos nos requerimentos formulados com o correspondente pagamento da primeira prestação em valor não inferior ao estipulado na lei. O prazo do parcelamento ficou entre 32 e 180 parcelas vincendas.

Os valores das parcelas foram ajustadas em julho de 2011, após a consolidação dos parcelamentos pela Receita Federal do Brasil (RFB). Os valores de cada prestação são acrescidos de juros correspondentes à variação da taxa Selic.

Computadas as prestações pagas durante a vigência do Paex, os débitos que compõem os saldos remanescentes dos parcelamentos foram restabelecidos à data da solicitação do novo parcelamento, com os acréscimos legais devidos à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, computadas as reduções de juros, as multas e do encargo legal, assim como da liquidação de juros e multa com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

b) Corresponde ao IRPJ e CSLL diferido de diferenças temporais advindas da venda do imóvel da companhia.

15. Provisão para riscos fiscais e trabalhistas

	Contro	Controladora Provisão para riscos fiscais e trabalhistas		idado
	•			ara riscos abalhistas
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contingências	2254	614	2395	614

A Companhia é parte envolvida em processos fiscais, trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos.

No decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, os assessores jurídicos da Companhia atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua custódia. Diante disso, foram classificados processos com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 2.254, valores devidamente contabilizados, e processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 9.903 para os processos da controladora e R\$ 4.974 para os processos da controlada.

Os processos com probabilidade de perda possível estão assim compostos:

•	Controla	idora	Consolidado		
	31/12/12 31/12/11		31/12/12	31/12/11	
		_	_		
Contingências trabalhistas	189	650	899	650	
Contingências cíveis	1.244	1.229	1.309	1.229	
Contingências tributárias	9.175	8.332	13.374	8.332	
Total	10.608	10.211	15.582	10.211	

Apresentamos, a seguir, uma breve descrição dos principais processos em que a Companhia é parte e julga relevante:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Contingências cíveis

- Processo nº 813/01 Ação civil pública com obrigação de não fazer de forma adequada de despejo, lançamento, depósito, disposição, acúmulo ou infiltração de resíduos ou efluentes em área não devidamente impermeabilizada e adequada para evitar contaminação do solo e do lençol freático. O valor aproximado da causa é de R\$ 365 mil. Atualmente, a CETESB irá avaliar relatório de auditoria ambiental para emitir seu parecer. Nossos assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável para a Companhia é possível;
- Processo nº 707/07 Ação de indenização proposta contra a Companhia pela White Martins Gases Industriais. A ação foi proposta em razão de suposta rescisão imotivada pela Companhia do contrato de fornecimento de gases firmado entre as partes. O valor aproximado da causa é de R\$ 300 mil. Atualmente encontram-se os autos aguardando a publicação do despacho do Juiz da 1ª Vara Judicial, determinando que as partes se manifestem acerca das provas que pretendem produzir. Com base no parecer de assessores jurídicos, a Companhia entende que a possibilidade de perda da ação é possível.
- Processo n° 812/01 Trata-se de Medida Cautelar de Produção Antecipada de Prova para verificação e constatação de poluição do ar e contaminação de solo causados pelos efluentes da fábrica Homologado acordo. Processo foi suspenso por 90 dias para apresentação do relatório final da auditoria ambiental. Relatório final entregue à CETESB, que exigiu complementação dos trabalhos de recuperação. Em 20/07/2007, o Juízo, a pedido do MP, requisitou manifestação da CETESB sobre a complementação dos trabalhos. Aguardando manifestação da CETESB sobre a complementação dos trabalhos de recuperação. Foram encaminhados novos relatórios pela CETESB, aguarda-se a recuperação da área. O valor aproximado da causa é de R\$ 360 mil.

Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em algumas reclamações trabalhistas movidas por excolaboradores, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas, entre outros. Nossos assessores jurídicos entendem que para os diversos processos o desfecho favorável para a Companhia é possível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Contingências tributárias Controladora

- Processo nº 621/05 Execução fiscal referente ao ICMS, movida pela Fazenda do Estado de São Paulo. Apresentada exceção de pré-executividade, a qual não foi conhecida, e apresentado interposto agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento. Foi interposto, também, recurso especial e protocolada petição requerendo suspensão de execução, devido ao débito cobrado ser recolhido de forma parcelada. Aguarda-se homologação. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que o desfecho favorável é possível. O valor da causa atualizado é de R\$ 2.226 mil.
- Autos de infração e imposição de multa de ICMS lavrados pela Secretaria da Fazendo do Estado de São Paulo e pendentes de decisão pelo Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, decorrentes de cobrança de ICMS devido em operações triangulares interestaduais, operações de saída de fertilizantes com suposta utilização indevida de benefício fiscal, operações de entrada de lenha com a suposta falta de débito do imposto diferido, crédito indevido de operações não tributadas e crédito indevido por escrituração a maior em operações de entrada de fertilizantes, somando R\$ 5.241 mil. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que o desfecho favorável é possível.
- Trata-se de Auto de Infração lavrado por suposto descumprimento na legislação estadual pertinente ao imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS, nos seguintes termos:
 - 1 Creditou-se indevidamente do ICMS no montante de R\$ 332.667,00 (trezentos e trinta e dois mil e seiscentos e sessenta e sete reais), no período de jan/08 a mai/08 em decorrência da escrituração no livro Registro de Entradas, das notas fiscais relacionadas no demonstrativo 1 de fls. 46/47, supostamente emitidas por Nostro Metal Indústria e Comércio Ltda, Inscrição Estadual 149.605.760.113, as quais não atendem as condições previstas no item 3 do \$1° do artigo 59 do RICMS/OO
 - 2 Emitiu nos meses de jan/08 a mai/08, conforme detalhado no demonstrativo 2 de fls. 4S, notas fiscais no valor total de R\$ 320.446,50 (trezentos e vinte mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e cinqüenta centavos), na saída de mercadorias em operações de devolução de compras, consignando declaração falsa quanto ao estabelecimento de destino. As notas fiscais indicam como destinatário das mercadorias, a empresa Nostro Metal Indústria e Comércio Ltda, Inscrição Estadual 149.605.760.113, com situação cadastral irregular perante o Fisco desde 09/03/07, conforme publicação no Diário Oficial do Estado (fls. 137) e cópias do Processo SF nº 1000106-319903/2011 (fls. 125 a 136), onde foi apurada a ocorrência de simulação da existência da empresa. O valor atual da causa é de R\$ 1.569 mil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Contingências tributárias controlada

- Processo 18132412008.403.6100: Não inclusão dos valores relativos ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. As controlada realiza mensalmente os depósitos judiciais. O processo ainda está na esfera administrativa e o valor da causa é de R\$ 2.981 mil;
- Processo n° 053.08.130335-7: Ação cautelar requerendo a concessão de medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente do auto de infração que trata da glosa de créditos oriundos das aquisições realizadas com a empresa Star Green Ltda, considerada inidonea pelo fisco posteriormente às operações praticadas com a Quirios. O processo ainda não teve um andamento na esfera judicial e o valor da causa é de R\$ 1.202 mil.

16. Encargos tributários sobre o ajuste de avaliação patrimonial

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
IR diferido sobre o ajuste de avaliação patrimonial	52	1.521	1.331	1.521
CS diferido sobre o ajuste de avaliação patrimonial	20	540	480	540
Total	72	2.061	1.811	2.061

17. Patrimônio líquido

17.1.Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2012, totalmente integralizado, é representado por 12.414.678 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuído:

31/12/2012	31/12/2011
9.848.567	2.767.825
2.538.309	2.444.442
27.802	5.001
12.414.678	5.217.268
	2.538.309 27.802

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

17.2.Reserva de capital

A reserva de capital foi composta por meio de ágio na subscrição de ações quando da capitalização dos fornecedores quirografários, contratos de mútuo e decorrente da incorporação de ação, conforme mencionado na nota explicativa número 10.

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta de vendas				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	11.997	35.304	62.467	35.304
	11.997	35.304	62.467	35.304
Deduções de vendas				
Devoluções e descontos	(797)	(3.538)	(1.266)	(3.538)
Impostos sobre as vendas	(923)	(2.513)	(8.953)	(2.513)
	(1.720)	(6.051)	(10.219)	(6.051)
Receita operacional líquida	10.277	29.253	52.248	29.253

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

19. Despesas com vendas

Representadas, em sua grande maioria, por serviços profissionais de terceiros, fretes e carretos e salários e ordenados, conforme demonstrado a seguir:

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal	558	1.159	1.555	1.159
Despesas com viagens e veículos	140	362	232	362
Despesas com Alugueis	70	-	117	-
Serviços prestados por terceiros	434	4.084	420	4.084
Despesas com PCLD	413	(303)	1.150	(303)
Fretes	502	-	1.116	-
Despesas com exportações	-	-	169	-
Amostra grátis de venda	89	-	92	-
Telefone	39	-	109	-
Impostos e Taxas	184	-	466	-
Outras despesas com vendas	86	384	674	384
Total	2.515	5.686	6.100	5.686

20. Informações por segmento

A Companhia vendeu em 26 de junho de 2012 a planta industrial localizada em Paulínia junto com determinados ativos, cuja principal atividade era a produção de micronutrientes de solo sob a marca registrada "FTE".

Considerando que a Companhia deixou de produzir tal linha de produto, a administração optou por não mais demonstrar a nota de informação por segmento de produto.

Atualmente a administração utiliza para avaliação de desempenho e alocação de recursos uma única linha de produtos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

21. Despesas gerais e administrativas

Compostas principalmente por serviços profissionais de terceiros e salários e ordenados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Conso	idado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
D	44.0	9//	4527	9//	
Despesas com pessoal	418	866	1537	866	
Depreciação e amortização	50	128	448	128	
Despesas com Aluguel	38	92	61	92	
Despesas com Impostos e Taxas	198	-	619	-	
Despesas com telefone e energia elétrica	91	-	167	-	
Despesas com manutenção	78	168	131	168	
Despesas com viagens e veículos	92	73	190	73	
Serviços prestados por terceiros	856	783	2115	783	
Serviços e consultorias legais	-	116	-	116	
Material de Consumo	32	-	85	-	
Outras despesas administrativas	136	698	165	698	
Total	1.989	2.924	5.518	2.924	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

22. Resultado financeiro líquido

22. Resultado financeiro fiquido	Controladora		Conso	lidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Variações monetárias ativas	382	1.659	2.421	1.659
Ajuste a valor presente	3.322	2.199	6.308	2.199
Juros Recebidos	97	-	1.247	-
Receitas de aplicações financeiras	2	-	512	-
Outras receitas financeiras	13	63	24	63
Total das receitas financeiras	3.816	3.921	10.512	3.921
Juros s/empréstimos e financiamentos	(4.563)	(5.028)	(9.102)	(5.028)
IOF	(34)	(227)	(281)	(227)
Descontos concedidos		(277)		(277)
Variações monetárias passivas	(1.318)	(2.967)	(4.319)	(2.967)
Ajuste a valor presente	(3.757)	(302)	(3.757)	(302)
Despesas Bancárias	(359)		(439)	
Juros e multas sobre impostos		(173)		(173)
Outras despesas financeiras	(125)	(1.931)	(168)	(1.931)
Total das despesas financeiras	(10.156)	(10.905)	(18.066)	(10.905)
Resultado financeiro líquido	(6.340)	(6.984)	(7.554)	(6.984)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

23. Despesa por natureza

	Contro	ladora	Consol	idado
Classificação por natureza	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Depreciação e amortização	(528)	(884)	(1.320)	(884)
Despesas com pessoal	(2.810)	(4.751)	(8.718)	(4.751)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(5.693)	(20.593)	(32.366)	(20.593)
Impostos, taxas e contribuições	(1.556)	(2.513)	(9.380)	(2.513)
Venda do imóvel	25.418	-	25.418	-
Baixa Residual ativo imobilizado	(10.087)	-	(10.495)	-
AVP da venda do imóvel	(3.757)	-	(3.757)	-
Remuneração de capitais de terceiros	(6.244)	(5.028)	(13.079)	(5.028)
Perdas estimadas de clientes	(413)	-	(1.150)	-
AVP de fornecedores estrangeiros	3.322	-	6.049	-
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	(1.640)	-	(1.640)	-
Outros	(2.443)	(5.663)	2.798	(5.663)
Total	(6.431)	(39.432)	(47.640)	(39.432)
Classificação por função	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Custo dos produtos vendidos	(9.176)	(24.066)	(42.670)	(24.066)
Despesas com vendas	(2.515)	(5.686)	(6.100)	(5.686)
Despesas gerais e administrativas	(1.989)	(2.924)	(5.518)	(2.924)
Resultado financeiro líquido	(6.340)	(6.984)	(7.554)	(6.984)
Outras receitas e despesas operacionais	13.589	228	14.202	228
Total	(6.431)	(39.432)	(47.640)	(39.432)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

24. Partes relacionadas

Ativo não circulante

Controni Agropecuária S/A

Controladora

	31/12/12	31/12/11
Passivo circulante		
Fornecedores - Quirios Produtos Químicos S.A.	9.952	6.364
Adiantamentos - Quirios Produtos Químicos S.A.	127	-
Passivo não circulante		
Contas a pagar - Contrato de mútuo - Quirios Produtos Químicos S.A.	6.019	4.318
Consolidado		
	31/12	2/12
Passivo não circulante		
Manoel Ganança - Contrato de mútuo	1	04

No período encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Nutriplant realizou compras de matérias-primas com a Quirios (empresa coligada) em condições de mercado equivalentes a de outros fornecedores, no valor de R\$ 4.446, representando 83,6% das compras totais da Companhia no período.

105

Os contratos de mútuo realizados com pessoa jurídica relacionada têm prazo indeterminado e são atualizados pela variação do CDI + 1% a.m.

25. Outras (despesas) receitas

	Controladora		Consol	idado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valor da Venda Imóveis	25.418	-	25.418	-
Baixa residual do imobilizado	(10.087)	-	(10.495)	-
Valor da venda ativos controlada	-	-	529	-
Reversão de provisões	-	-	156	-
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	(1.640)	-	(1.640)	-
Outras	(102)	228	234	228
Total	13.589	228	14.202	228

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Em 25 de junho de 2012, a Companhia celebrou contrato definitivo, irretratável e irrevogável para a venda do imóvel de propriedade da empresa Nutriplant Indústria e Comércio S.A, localizado em Paulínia-SP ("Contrato"), para a Mixfértil Indústria e Comércio Ltda ("Compradora"), bem como dos equipamentos e outros ativos existentes no local, destinados à produção de micronutrientes de solo, granulado e em pó. Sujeito às condições precedentes em particular ao pagamento das parcelas e obtenção de algumas liberações regulatórias.

De acordo com os termos do Contrato, a Compradora assumirá todas as obrigações do Contrato de Arrendamento Mercantil firmado entre a Nutriplant Indústria e Comércio S.A e a BIC Arredamento Mercantil, cujo valor presente do passivo representava R\$ 4.657.968 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e oito reais). Além de assumir esse passivo, a compradora irá pagar à Companhia a quantia de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) a título de sinal e princípio de pagamento na data de assinatura do Contrato, mais R\$ 18.810.405 (dezoito milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e cinco reais) em parcelas, vencendo-se a última em 30/9/2018.

A Companhia reconheceu a receita da venda do imóvel, considerando as práticas contábeis em conformidade com o IAS18/CPC 30.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para a manutenção do capital de giro e o suprimento do seu plano de investimentos.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), do saldo a receber de clientes e do passivo circulante aproxima-se do saldo contábil em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em taxas de juros variáveis, em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Gerenciamento de risco

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, riscos de mercado e riscos relacionados à Companhia e suas operações.

Gerenciamento dos riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito pode fazer a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes, ações de cobrança e corte no fornecimento de novos produtos. Em caso de perdas com créditos de liquidação duvidosa, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização.

Gerenciamento de risco de mercado

Estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de nossas atividades. Esses riscos de mercado, que estão além do nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação poderão afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros ou fluxos de caixa e rendimentos futuros. Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas das taxas e preços de mercado. A mitigação desse risco ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, consequentemente, contratação de hedge em instituições financeiras de primeira linha, quando necessário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora

Controladora					
			ezembro de 2	012	
	Valor justo	Empréstimos	Custo	Passivos	Total
	através do	e recebíveis	amortizado	financeiros	
	resultado			não	
				derivativos	
Ativos					
Caixa e equivalentes	112	-	-	-	112
Aplicações financeiras	58	-	-	-	58
Contas a receber de clientes	-	17.816	-	_	17.816
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	_	-	3.462	_	3.462
Fornecedores	_	-	-	20.654	20.654
	170	17.816	3.462	20.654	42.102
		31 de D	ezembro de 2	011	
	Valor justo	Empréstimos	Custo	Passivos	Total
	através do	e recebíveis	amortizado	financeiros	
	resultado			não	
				derivativos	
Ativos					
Caiva a aquivalentes					
Caixa e equivalentes	113	-	-	-	113
Caixa e equivalentes Aplicações financeiras	113 51	-	-	-	113 51
Aplicações financeiras		- - 8.418	-	-	51
		- - 8.418	- - -	-	
Aplicações financeiras		- - 8.418	-	-	51
Aplicações financeiras Contas a receber de clientes Passivo		- - 8.418	- - -	-	51
Aplicações financeiras Contas a receber de clientes		- 8.418	13.926	-	51
Aplicações financeiras Contas a receber de clientes Passivo Empréstimos e financiamentos		- 8.418	13.926	19.375	51 8.418
Aplicações financeiras Contas a receber de clientes Passivo		8.418 8.418	13.926 - 13.926	19.375 19.375	51 8.418 13.926

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Consolidado

Consolidado	31 de dezembro de 2012					
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Passivos financeiros não derivativos	Total	
Ativos						
Caixa e equivalentes	5.193	-	-	-	5.193	
Aplicações financeiras	58	-	-	-	58	
Contas a receber de clientes	-	25.213	-	-	25.213	
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	-	31.068	-	31.068	
Fornecedores				24.333	24.333	
	5.251	25.213	31.068	24.333	85.865	
		31 de [Dezembro de 2	2011		
	Valor justo através do resultado	31 de E Empréstimos e recebíveis	Dezembro de 2 Custo amortizado	Passivos financeiros não derivativos	Total	
Ativos	através do	Empréstimos	Custo	Passivos financeiros não	Total	
Ativos Caixa e equivalentes	através do	Empréstimos	Custo	Passivos financeiros não	Total	
	através do resultado	Empréstimos	Custo	Passivos financeiros não		
Caixa e equivalentes	através do resultado	Empréstimos	Custo	Passivos financeiros não	113	
Caixa e equivalentes Aplicações financeiras	através do resultado	Empréstimos e recebíveis - -	Custo	Passivos financeiros não	113 51	
Caixa e equivalentes Aplicações financeiras Contas a receber de clientes Passivo	através do resultado	Empréstimos e recebíveis - -	Custo	Passivos financeiros não	113 51	
Caixa e equivalentes Aplicações financeiras Contas a receber de clientes	através do resultado	Empréstimos e recebíveis - -	Custo	Passivos financeiros não	113 51	
Caixa e equivalentes Aplicações financeiras Contas a receber de clientes Passivo	através do resultado	Empréstimos e recebíveis - -	Custo amortizado - - -	Passivos financeiros não	113 51 8.418	

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e recebíveis", abrangem contas a receber. Já para o grupo de "Custo amortizado", abrange empréstimos e financiamentos da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do Pronunciamento CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Controladora

31 de dezembro de 2	.U	12	2
---------------------	----	----	---

		3 i de dezem	bro de 2012	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	112	-	112
Aplicações financeiras		58	<u>-</u>	58
Total	-	170		170
		31 de Dezem	bro de 2011	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes	-	113	-	113
A l.: 2 6: :				
Aplicações financeiras		51	<u> </u>	51

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Consolidado

	31 de dezem	bro de 2012	
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
-	5.193	-	5.193
-	58	-	58
-	5.251	-	5.251
	31 de Dezem	bro de 2011	
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
-	113	-	113
-	113 51	-	113 51
	Nível 1	Nível 1 Nível 2 - 5.193 - 58 - 5.251 31 de Dezem	- 5.193 - 58 - 5.251 - 31 de Dezembro de 2011

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos na variação do dólar, aos quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2012, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% a 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação à exposição líquida em moeda estrangeira.

As premissas para o cálculo são:

- Cenário I: Perda atual Baseada no resultado de variação cambial no trimestre findo em 31 de dezembro de 2012;
- Cenário II: Aumento de 25% do dólar Baseada no passivo em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012;
- Cenário III: Aumento de 50% do dólar Baseada no passivo em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição da Companhia em moeda estrangeira perfazia o montante de USD 6.844 (R\$ 13.961) controladora e consolidado de USD 13.861 (R\$ 28.277).

No quadro abaixo, demonstramos os possíveis impactos no resultado da Companhia, com a desvalorização do R\$:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Controladora				
		Cenário I (atual) ganho (perda) no	Cenário	Cenário
Operação	Risco	resultado	II (25%)	III (50%)
Fornecedores	Depreciação R\$	(R\$ 936)	(R\$ 3.491)	(R\$ 6.982)
Consolidado				
Consolidado		Cenário I		
		(atual) ganho		
		(perda) no	Cenário	Cenário
Operação	Risco	resultado	II (25%)	III (50%)
Fornecedores	Depreciação R\$	(R\$ 1.898)	(R\$ 7.069)	(R\$ 14.138)

27. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos diretores estatutários da Companhia está composta por remuneração fixa.

A remuneração fixa inclui ordenados, salários e contribuições para a seguridade social. No ano de 2012 a remuneração total foi de R\$ 16 mil.

Durante os exercícios de 2012, 2011, 2010 e 2009, não houve remuneração vinculada a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

28. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui apólice de seguros para a cobertura de responsabilidade civil de administradores e diretores com a seguradora ACE e apólice de seguros para cobertura de riscos patrimoniais com a seguradora Generali Seguros.

Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Ricardo Lessa Pansa Diretor Presidente e de Relações com Investidores